


 MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS  MODELO 3 Anexo E		1 CATEGORIA E	2 ANO DOS RENDIMENTOS <div>012</div>				RESERVADO À LEITURA ÓPTICA						
3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)													
Sujeito passivo A NIF 02 Sujeito passivo B NIF 03													
4 RENDIMENTOS OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS													
A RENDIMENTOS COM ENGLOBAMENTO OBRIGATÓRIO													
NIF DA ENTIDADE DEVEDORA, REGISTRADORA OU DEPOSITÁRIA		CÓDIGOS DOS RENDIMENTOS		TITULAR		RENDIMENTOS				RETENÇÕES			
401													
402													
403													
404													
405													
406													
407													
408													
409													
410													
411													
412													
413													
414													
415													
SOMA DE CONTROLO													
B OPÇÃO DE ENGLOBAMENTO DE RENDIMENTOS													
NIF DA ENTIDADE DEVEDORA, REGISTRADORA OU DEPOSITÁRIA		CÓDIGOS DOS RENDIMENTOS		TITULAR		RENDIMENTOS				RETENÇÕES			
450													
451													
452													
453													
454													
455													
456													
457													
458													
459													
460													
461													
462													
463													
464													
SOMA DE CONTROLO													
Tendo optado pelo englobamento (rendimentos do quadro 4B), junta os documentos a que se refere o art. 119.º, n.º 3, do CIRS, ou no caso de transmissão electrónica enviou os documentos para o Serviço de Finanças? Sim 1 Não 2													
DATA		O(S) DECLARANTE(S), REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS											
		Assinatura A) B)											

 MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - IRS  MODELO 3 Anexo E		1 CATEGORIA E  <b>RENDIMENTOS DE CAPITAIS</b>	2 ANO DOS RENDIMENTOS  01 2	RESERVADO À LEITURA ÓPTICA	
3 IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)					
Sujeito passivo A NIF 02 Sujeito passivo B NIF 03					
4 RENDIMENTOS OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS					
A RENDIMENTOS COM ENGLOBAMENTO OBRIGATÓRIO					
NIF DA ENTIDADE DEVEDORA, REGISTRADORA OU DEPOSITÁRIA		CÓDIGOS DOS RENDIMENTOS	TITULAR	RENDIMENTOS	RETENÇÕES
401				.	.
402				.	.
403				.	.
404				.	.
405				.	.
406				.	.
407				.	.
408				.	.
409				.	.
410				.	.
411				.	.
412				.	.
413				.	.
414				.	.
415				.	.
SOMA DE CONTROLO				.	.
B OPÇÃO DE ENGLOBAMENTO DE RENDIMENTOS					
NIF DA ENTIDADE DEVEDORA, REGISTRADORA OU DEPOSITÁRIA		CÓDIGOS DOS RENDIMENTOS	TITULAR	RENDIMENTOS	RETENÇÕES
450				.	.
451				.	.
452				.	.
453				.	.
454				.	.
455				.	.
456				.	.
457				.	.
458				.	.
459				.	.
460				.	.
461				.	.
462				.	.
463				.	.
464				.	.
SOMA DE CONTROLO				.	.
Tendo optado pelo englobamento (rendimentos do quadro 4B), junta os documentos a que se refere o art. 119.º, n.º 3, do CIRS, ou no caso de transmissão electrónica enviou os documentos para o Serviço de Finanças? Sim 1 Não 2					
DATA		O(S) DECLARANTE(S), REPRESENTANTE LEGAL OU GESTOR DE NEGÓCIOS			
		Assinatura			
		A) B)			

## INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

### ANEXO E

Destina-se a declarar os rendimentos de aplicação de capitais.

#### QUEM DEVE APRESENTAR O ANEXO E

Os sujeitos passivos, quando estes ou os dependentes que integram o agregado familiar, tenham auferido rendimentos de aplicação de capitais, tal como são definidos no artigo 5.º do Código do IRS.

Este anexo não é individual, pelo que deverá incluir os rendimentos de capitais auferidos por todos os membros do agregado.

#### QUANDO E ONDE DEVE SER APRESENTADO O ANEXO E

Nos prazos e locais previstos para a apresentação da declaração de rendimentos modelo 3, da qual faz parte integrante.

#### QUADRO 3 - IDENTIFICAÇÃO DO(S) SUJEITO(S) PASSIVO(S)

A identificação dos sujeitos passivos (campos 02 e 03) deve respeitar a posição assumida para cada um no quadro 3A do rosto da declaração modelo 3.

#### QUADRO 4 - RENDIMENTOS OBTIDOS EM TERRITÓRIO PORTUGUÊS

Em cada um dos campos do quadro 4 deve ser inscrito o total dos rendimentos ilíquidos auferidos pelos sujeitos passivos e seus dependentes, segundo a sua natureza, bem como o valor das respectivas retenções de IRS.

#### QUADRO 4A - RENDIMENTOS COM ENGLOBAMENTO OBRIGATÓRIO

Na 1ª coluna deve ser identificada a entidade devedora dos rendimentos sujeitos a retenção ou as entidades registadoras ou depositárias, consoante o caso.

Os rendimentos ilíquidos a inscrever são os previstos no artigo 5º do Código do IRS não sujeitos a taxa liberatória e, bem assim, as importâncias imputadas, nos termos do artigo 60º do Código do IRC, como dispõe a parte final do n.º 4 do artigo 20.º do Código do IRS. Os rendimentos devem ser identificados através dos seguintes códigos:

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO DO RENDIMENTO
E	<ul style="list-style-type: none"><li>- Juros decorrentes de contratos de mútuos e aberturas de crédito.</li><li>- Juros de suprimentos, de abonos ou de adiantamentos de capitais, bem como os juros pelo não levantamento dos lucros ou outros rendimentos.</li><li>- Saldo dos juros apurados em contrato ou lançados em conta corrente.</li><li>- Juros resultantes da dilação do vencimento ou mora no pagamento de uma prestação.</li><li>- Rendimentos decorrentes da cessão temporária de direitos da propriedade intelectual, industrial, experiência adquirida, assistência técnica e cedência de equipamentos e redes informáticas.</li><li>- Outros rendimentos de aplicação de capitais não sujeitos a taxa liberatória.</li></ul>
E5	<ul style="list-style-type: none"><li>- Importâncias imputadas aos sócios nos termos do art. 60.º do CIRC (parte final do art. 20.º, n.º 4 do CIRS).</li></ul>

#### Identificação do titular

Na coluna destinada à indicação do titular dos rendimentos devem utilizar-se os códigos abaixo definidos, conforme se indica:

A = Sujeito Passivo A

B = Sujeito Passivo B

Os dependentes devem ser identificados conforme se exemplifica, tendo em conta a posição assumida para cada um nos quadros 3 B ou 3 C da declaração modelo 3 de IRS (rosto):

D1 = Dependente não deficiente

DD1 = Dependente deficiente

D2 = Dependente não deficiente

DD2 = Dependente deficiente

F = Falecido (no ano do óbito, caso exista sociedade conjugal, havendo rendimentos auferidos em vida pelo falecido, deve o titular desses rendimentos ser identificado com a letra "F", cujo número fiscal deve constar no quadro 7A do rosto da declaração).

#### QUADRO 4B – OPÇÃO DE ENGLOBAMENTO DE RENDIMENTOS

Neste quadro devem ser identificados os rendimentos que foram sujeitos a retenção na fonte a taxas liberatórias, para os quais se encontra prevista a opção de englobamento no n.º 6 do art. 71.º do Código do IRS e nos artigos 22º, 22.º-A e 22.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Uma vez exercida a opção pelo englobamento, deve ser declarada a totalidade dos rendimentos referidos no nº 6 do artigo 71º (rendimentos de capitais) e no nº 6 do artigo 72º (mais-valias respeitantes a valores mobiliários), como dispõe o nº 5 do artigo 22º do Código do IRS.

Para que aquela opção seja válida, deve juntar-se o documento comprovativo dos rendimentos e do imposto retido, emitido pela entidade competente, o qual deve conter declaração expressa dos sujeitos passivos autorizando a Direcção-Geral dos Impostos a averiguar, junto das respectivas entidades, se em seu nome ou em nome dos membros do seu agregado familiar existem, relativamente ao mesmo período, outros rendimentos da mesma natureza (artigo 119.º, n.ºs 3 e 4), sob pena de a mesma não ser considerada.

Se a declaração for entregue **via internet**, estes documentos devem ser remetidos ao Serviço de Finanças da área do domicílio fiscal.

Para efeitos do preenchimento deste quadro, os valores dos rendimentos e das respectivas retenções de IRS, devem ser indicados mediante a utilização de códigos identificadores, de acordo com a tabela seguinte:

CODIGO	DESIGNAÇÃO DO RENDIMENTO
E1	- Lucros e adiantamentos por conta de lucros devidos por entidades residentes (incluindo dividendos); - Rendimentos resultantes de partilha ou amortização de partes sociais sem redução de capital; - Rendimentos que o associado aufera da associação à quota e da associação em participação.
E3	- Rendimentos de títulos de dívida, de operações de reporte, cessões de crédito, contas de títulos com garantias de preço e operações similares; - Juros de depósito à ordem ou a prazo e de certificados de depósito; - Ganhos decorrentes das operações de swaps ou operações cambiais a prazo; - Diferença positiva referente a seguros e operações do ramo “Vida”;
E4	- Rendimentos respeitantes a unidades de participação em FIM e FII.
E6	- Rendimentos de fundos de capital de risco, fundos de investimento imobiliário em recursos florestais e fundos de investimento imobiliário de reabilitação urbana.

#### Código E1

Se a declaração respeitar aos anos de 2002 a 2005 os rendimentos referidos com o código E1 sendo o seu englobamento obrigatório será assumido na liquidação do imposto.

Os lucros e adiantamentos por conta de lucros, os rendimentos resultantes da partilha de partes sociais que sejam qualificados como rendimentos de capitais e os rendimentos que o associado aufera da associação à quota e da associação em participação são declarados em 50% do seu valor ilíquido se a entidade devedora dos rendimentos tiver a sua sede ou direcção efectiva em território português, for sujeita e não isenta de IRC e os respectivos beneficiários residirem neste território, nos termos do 40.º-A do CIRS.

#### Código E4

Os lucros eventualmente incluídos nos rendimentos respeitantes a unidades de participação em Fundos de Investimento Mobiliário (FIM) e Fundos de Investimento Imobiliário (FII) que cumpram os requisitos referidos no art. 40.º-A do CIRS são declarados em 50%.

#### Código E6

Os lucros eventualmente incluídos nos rendimentos respeitantes a unidades de participação em Fundos de Capital de Risco (art. 23.º do EBF), Fundos de Investimento Imobiliário em Recursos Florestais (art. 24.º do EBF) e em Fundos de Investimento Imobiliário de Reabilitação Urbana (n.º 12 do art. 71.º), que cumpram os requisitos referidos no art. 40.º-A do Código do IRS são declarados em 50%.

#### Assinaturas

O anexo deve ser assinado pelos sujeitos passivos ou por um seu representante ou gestor de negócios. A falta de assinatura é motivo de recusa da declaração.